

## **O PERFIL DO ESTUDANTE INGRESSANTE DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DO INTERIOR DO PAÍS: UM ESTUDO DE CASO**

Agência Financiadora: Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina (SED)

Eliezer Emanuel Bernart

Luiz Carlos Luckmann,

### **RESUMO**

A temática do presente texto traz para a discussão a questão do perfil do estudante ingressante de uma universidade comunitária localizada no interior do Estado de Santa Catarina, analisando-se variáveis, tais como, escolaridade, condições socioeconômicas, meio de transporte, cor/raça, grupo familiar, gênero, entre outras. O estudo ancorou-se em fontes bibliográficas, documentais e de pessoas. A análise do perfil dos ingressantes foi feita a partir de questionário organizado por Comissão Própria de Avaliação pertencente à instituição em estudo e dirigido ao universo de estudantes do primeiro semestre dos anos de 2011 e 2012. Como resultados, observou-se que entre os ingressantes há predomínio de indivíduos do sexo feminino, de cor branca, que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio, cujos pais e mães não completaram o ensino fundamental, que possuem grupo familiar composto de 3,48 pessoas, que conciliam estudo e trabalho e cuja família recebe renda média entre 1,38 e 1,72 salários mínimos. O estudo permitiu concluir que o ingressante de uma Instituição Comunitária de Educação Superior diferencia-se de ingressantes de outros modelos de universidade, especialmente, pelas suas condições socioeconômicas.

Palavras-chave: Universidade comunitária. Perfil do ingressante. Condições socioeconômicas.

### **INTRODUÇÃO**

O presente estudo propõe-se definir e analisar o perfil de estudantes ingressantes em uma universidade comunitária localizada no interior do Estado de Santa Catarina. Parte-se da hipótese de que estudantes ingressantes em Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICESs) trazem consigo características socioeconômicas e culturais peculiares não encontradas em estudantes ingressantes em outros modelos de universidade existentes no país. Para examinar a hipótese, foram analisadas categorias de análise, tais como: escolaridade, condições socioeconômicas, meio de transporte, cor ou raça, grupo familiar, gênero, moradia, entre outras. As ICESs formam um dos maiores sistemas de educação superior do país. Estão localizadas mais ao Sul do país, nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). Nesses estados, elas detêm 43,34% do total das matrículas da graduação (BRASIL, 2014a).

Optou-se por fazer estudo exploratório, dada a natureza do objeto de estudo. O estudo ancorou-se em fontes bibliográficas, documentais e de pessoas, tomando-se como 'estudo de caso' a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). As fontes bibliográfica e documental foram examinadas tendo-se como suporte metodológico a análise de conteúdo (SEVERINO, 2007). A análise do perfil dos ingressantes foi feita a partir de questionário organizado pela

Comissão Própria de Avaliação da instituição em estudo, dirigido ao universo de estudantes do primeiro semestre dos anos de 2011 e 2012.

## PERFIL DO ESTUDANTE INGRESSANTE

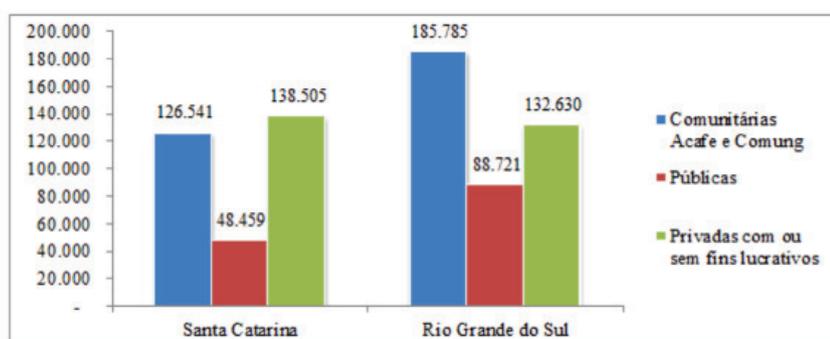
A análise será feita a partir de banco de dados disponibilizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade do Oeste de Santa Catarina, uma instituição comunitária presente na Mesorregião Oeste Catarinense desde os anos 60. A referida Comissão organiza, a cada semestre, questionário socioeconômico e o aplica aos ingressantes de todos os cursos da Instituição. No presente estudo, foram analisados os questionários dirigidos ao universo de estudantes do primeiro semestre dos anos de 2011 e 2012. O perfil foi caracterizado e analisado a partir de categorias comumente utilizadas na literatura (FERNANDES; BRANDÃO, 2010; GRAÇA, 2010). São Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICESs) aquelas cuja criação resulta

[...] da associação de esforços dos diversos segmentos sociais – desde o poder público local (municipal) a setores organizados da sociedade civil – preocupados em alavancar o desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas comunidades, situadas em regiões pouco atendidas pelos poderes públicos Estaduais e Federais, no que ao ensino superior se refere. (MACHADO, 2009, p. 75).

O modelo comunitário de universidade marca presença destacada nos dois estados do Sul do país, Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Em SC as ICESs integram-se à Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE); no RS, ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG). Juntas, formam o maior sistema de ensino superior da região, com 27 instituições, em sua maioria, universidades.

Conforme dados do Censo da Educação Superior de 2012 (BRASIL, 2014a), as 214 instituições de ensino superior cadastradas no MEC nos estados de SC e RS registravam 720.641 matrículas. Desse total, 312.326 **são oriundas** de ICESs associadas à ACAPE e ao COMUNG, 137.180 de instituições públicas e 271.135 de instituições privadas. É o que mostra o extrato dos microdados do INEP 2012, no Gráfico 1.

Gráfico 1: Total de matrículas no ensino de graduação no RS e SC, por segmento, em 2012.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Censo da Educação Superior 2012.

## ESCOLARIDADE

A escolaridade dos ingressantes foi analisada a partir de um conjunto de variáveis que levam em consideração informações tais como: tipo de escola frequentado; nível de escolarização dos pais; realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); disponibilidade para estudar além da sala de aula; entre outras.

### Modalidade de conclusão do Ensino Médio

Constatou-se que 93,26% dos ingressantes concluíram o Ensino Médio regular; outros 6,74% formaram-se na modalidade de ensino médio especial, através do Programa Educação para Jovens e Adultos (EJA), conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Modalidade de conclusão do Ensino Médio

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Modalidade de conclusão do Ensino Médio	2.304	100,00%	2.191	100,00%	4.495	100,00%
Regular	2.138	92,80%	2.054	93,75%	4.192	93,26%
Especial	166	7,20%	137	6,25%	303	6,74%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Chama a atenção o percentual significativo de ingressantes oriundos do EJA. Esse fato pode ser indicativo de que as ICESs constituem-se num espaço aberto a esse perfil de estudante, possibilitando o acesso ao ensino superior com equidade. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

### Educação média por dependência administrativa

A Tabela 2 mostra que 85,19% dos ingressantes na ICES em estudo iniciaram e concluíram o Ensino Médio em escolas públicas; outros 11,29% em escolas privadas, sem bolsa de estudo; e os outros 3,52% em escolas privadas, com bolsa de estudo.

Tabela 2 – Educação média por dependência administrativa

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Ensino Médio em escola:	2.339	100,00%	2.205	100,00%	4.544	100,00%
Pública	1.940	82,94%	1.931	87,57%	3.871	85,19%
Privada Paga	305	13,04%	208	9,43%	513	11,29%
Privada com Bolsa	94	4,02%	66	2,99%	160	3,52%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Como se observa na Tabela 2, a grande maioria dos alunos ingressantes na ICES em estudo cursou o ensino médio em dependência administrativa pública. O alto percentual é revelador de uma das maiores contradições do ensino superior brasileiro: a coexistência de dois modelos distintos de ensino superior, o público e o privado. Este fato, por si só, confirma a hipótese levantada no início desse estudo, a de que estudantes ingressantes em ICESs trazem consigo

características socioeconômicas e culturais peculiares não encontradas em estudantes ingressantes em outros modelos de universidade existentes no país.

### Passagens por outros cursos superiores

O questionário aplicado aos ingressantes da ICES em estudo quis saber quantos desses ingressantes já teriam passado por outros cursos superiores. A resposta foi, de algum modo, surpreendente: 14,82% já tiveram alguma passagem por um ou mais cursos superiores e deles se evadiram. Esses números são detalhados na Tabela 3.

**Tabela 3 – Passagens por outros cursos superiores**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
<b>Passagens por outros cursos superiores</b>	<b>2.338</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.218</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.556</b>	<b>100,00%</b>
Não	1.985	84,90%	1.896	85,48%	3.881	85,18%
Sim	353	15,10%	322	14,52%	675	14,82%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Um dos problemas estruturais do ensino superior brasileiro é a evasão. Os dados do Censo da Educação Superior de 2012 (BRASIL, 2014b) revelam que, naquele ano, foram trancadas 967.595 matrículas no país, o que representa 10,15% do total. As políticas de acesso ao ensino superior nas ICESs tentam minimizar o problema por meio da institucionalização de programas de bolsas de estudo. A ICES em estudo, por exemplo, no ano de 2013, destinou 7.092 bolsas (UNOESC, 2014), com recursos provenientes dos Governos estadual e federal.

### Exame Nacional do Ensino Médio

Embora a ICES em estudo não adote a política de acesso aos seus cursos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o questionário aplicado aos ingressantes de 2011 e 2012 quis saber quantos desses ingressantes teriam realizado a prova. (Tabela 4).

**Tabela 4 – Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Prestou prova do ENEM	2.330	100,00%	2.215	100,00%	4.545	100,00%
Sim	1.661	71,29%	1.576	71,15%	3.237	71,22%
Não	669	28,71%	639	28,85%	1.308	28,78%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

O ENEM é prova obrigatória destinada a alunos do Ensino Médio de escolas públicas, aplicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2010). A Prova abre aos candidatos duas oportunidades: ingressar no ensino superior público federal, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU); e acessar a bolsas de estudo integrais e parciais pelo PROUNI. Talvez esteja aí a alta motivação pela realização da Prova (71,22%).

### Escolaridade dos pais

O questionário distribuído aos ingressantes na ICES em estudo contemplava, em uma de suas questões, o nível de escolaridade do pai e, em outra, o nível de escolaridade da mãe. A Tabela 5 apresenta a escolaridade dos pais, somada à das mães, uma vez que se constatou pequena oscilação entre um e outro gênero. Entende-se por escolaridade a quantidade de anos de estudo que uma pessoa contabiliza na sua vida. O resultado foi surpreendente: 37,68% dos pais e mães de filhos ingressantes nos anos de 2011 e 2012 não conseguiram, sequer, concluir o ensino fundamental. Foram poucos os pais e mães que concluíram o ensino fundamental (13,42%), médio (22,08%) e superior (12,33%). A oscilação maior entre um gênero e outro aparece somente na formação superior: 15,59% das mães dos ingressantes possuem curso superior. Entre os pais, esse percentual foi de 9,08%. (Tabela 5).

Tabela 5 – Escolarização dos pais

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Escolarização dos pais	2.324	100,00%	2.198	100,00%	4.522	100,00%
Sem escolarização	91	3,92%	96	4,37%	187	4,14%
Ensino Fundamental Incompleto	873	37,54%	831	37,79%	1.703	37,66%
Ensino Fundamental Completo	294	12,63%	313	14,24%	607	13,41%
Ensino Médio Incompleto	176	7,57%	167	7,60%	343	7,59%
Ensino Médio Completo	522	22,44%	477	21,71%	999	22,08%
Ensino Superior Incompleto	68	2,93%	57	2,59%	125	2,76%
Ensino Superior Completo	302	12,97%	257	11,70%	559	12,35%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Esses indicadores revelam que, mesmo em famílias onde os pais não tenham cursado ensino fundamental, médio ou superior, os filhos foram capazes de romper com esse ciclo de baixa escolaridade. Na contramão de alguns estudos, que afirmam que “[...] pais mais educados percebem melhor os benefícios futuros da educação de seus filhos e estão mais habilitados a apoiar e auxiliar no aprendizado destes” (SILVA; HASENBALG, 2002, p. 68; NOGUEIRA, 2011), evidenciou-se algo de novo no perfil dos ingressantes em estudo.

## CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Nessa categoria são analisadas variáveis referentes à conciliação entre estudo e trabalho, disponibilidade para estudos extraclasses e renda, permitindo obter-se uma visão mais ampla das condições socioeconômicas dos ingressantes e daqueles que compõem o seu grupo familiar.

**Conciliação entre estudo e trabalho**

Um dos diferenciais dos alunos ingressantes em ICESs está relacionado ao seu perfil socioeconômico. É o que revela uma das questões dirigidas aos ingressantes de 2011 e 2012 na ICES em estudo: 69,52% responderam já estar inseridos no mercado de trabalho, cumprindo jornada de trabalho integral, ou parcial; apenas 30,48% afirmaram não trabalhar. Isso representa 2.917 ingressantes em um universo de 4.196. (Tabela 6).

**Tabela 6 – Conciliação entre estudo e trabalho**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Conciliação entre estudo e trabalho	2.333	100,00%	1.863	100,00%	4.196	100,00%
Não trabalho	847	36,31%	432	23,19%	1.279	30,48%
Trabalho	1.486	63,69%	1.431	76,81%	2.917	69,52%
Período Integral	1.096	46,98%	1.032	55,39%	2.128	50,71%
Período Matutino	91	3,90%	102	5,48%	193	4,60%
Período Vespertino	129	5,53%	162	8,70%	291	6,94%
Período Noturno	25	1,07%	10	0,54%	35	0,83%
Regime Especial	145	6,22%	125	6,71%	270	6,43%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

A conciliação entre estudo e trabalho se apresenta como fenômeno relativamente novo. Faz parte do conjunto de mudanças ocasionadas pelo processo de industrialização e urbanização pelo qual passou a sociedade brasileira a partir dos anos 70. Tais mudanças pressionaram por mais acesso à educação superior, obrigando a universidade brasileira a adaptar-se a essa nova realidade. Segundo Cardoso e Sampaio (1994, p. 2),

As mudanças não se limitaram à expansão das matrículas. Novas instituições e carreiras foram criadas para dar conta dessa explosão da demanda por ensino superior. O novo contingente estudantil que chega à universidade já não apresenta a homogeneidade de antigamente. A pressão por ensino superior parte de diferentes segmentos da sociedade: jovens mulheres que já não se satisfazem com o diploma de nível secundário ou de "normalistas", jovens oriundos de famílias sem tradição em ensino superior, pessoas mais velhas e já inseridas no mercado de trabalho em busca de uma melhor qualificação profissional etc.

O ingressante da ICES em estudo já acessa o ensino superior na condição de estudante trabalhador. Trabalho e formação para esses estudantes, portanto, não são mutuamente exclu-

dentes; fazem parte constitutiva de sua identidade, sobretudo daqueles oriundos de famílias de classes populares.

Um dos preços que os estudantes acabam pagando por ter que conciliar estudo e trabalho é o tempo disponível para estudos extraclasse. Ao perguntar-se aos ingressantes sobre o tempo de dedicação diária ao estudo fora da sala de aula, 19,07% deles responderam dedicar menos de 30 minutos, 29,91% até 1 hora, 21,63% até 2 horas, 10,86% até 3 horas, 7,90% até 4 horas e 10,62% acima de 4 horas, conforme mostra a Tabela 7.

**Tabela 7 – Disponibilidade diária para estudos extraclasse**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
<b>Disponibilidade diária para estudos</b>	<b>2.325</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.205</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.530</b>	<b>100,00%</b>
Até 30 minutos	427	18,37%	437	19,82%	864	19,07%
Até 1 hora	696	29,94%	659	29,89%	1.355	29,91%
Até 2 horas	501	21,55%	479	21,72%	980	21,63%
Até 3 horas	270	11,61%	222	10,07%	492	10,86%
Até 4 horas	179	7,70%	179	8,12%	358	7,90%
Mais de 4 horas	252	10,84%	229	10,39%	481	10,62%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Como se observa, 48,98% dos ingressantes revelaram poder dedicar entre 30 minutos (19,07%) e uma hora (29,91%) aos estudos extraclasse. O que esperar da qualidade da formação desses estudantes? Ao obterem resultados semelhantes em pesquisa realizada junto a estudantes matriculados em cursos superiores, Carelli e Santos (1998, p. 8) afirmam:

[...] pode-se observar que a condição temporal é um fator importante e mal administrado pelos universitários, quer pelo fato de serem alunos-trabalhadores, quer pelo fato de terem muitos compromissos sociais e/ou familiares. É possível que em função dessa razão, principalmente, os alunos do noturno tenham afirmado ter prejuízos em relação ao seu desempenho acadêmico, pelo pouco tempo disponível para estudar, só podendo fazê-la nos finais de semana.

Essa realidade não é exclusiva às ICESs. Estende-se a todas as IES, cujo principal regime de oferta é o noturno. Pesquisa realizada por Santos (2013) revela que um dos motivos mais apontados por estudantes que se evadem do ensino superior é justamente a dificuldade de conciliar estudo e trabalho.

### **Renda do ingressante**

Perguntar pela renda mensal<sup>2</sup> dos ingressantes dos anos de 2011 e 2012 na ICES em estudo foi revelador de uma realidade socioeconômica nada boa. Relacionada à questão anterior, observa-se que a grande maioria dos ingressantes, além de acessarem ao ensino superior já na

condição de trabalhadores, também são mal remunerados: 20,88% dos ingressantes afirmaram receber renda mensal abaixo de R\$ 700,00; 36,68% entre R\$ 700,00 e R\$ 935,00; 14,82% entre R\$ 935,00 e R\$ 1.170,00; e 11,93% acima de R\$ 1.170,00. Apenas 4,83% recebem renda mensal acima de R\$ 2.055,00 (Tabela 8). Ou seja, 72,38% dos jovens que ingressaram na condição de trabalhadores recebem uma média salarial abaixo de R\$ 1.170,00. Para simples comparação, o rendimento mensal médio do trabalhador brasileiro, em 2012, foi de R\$ 1.733,00.

**Tabela 8 – Renda mensal do ingressante**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Renda mensal do ingressante	1.477	100,00%	1.876	100,00%	3.353	100,00%
Não possui renda	36	2,44%	490	26,12%	526	15,69%
Menos de R\$ 700,00	236	15,98%	464	24,73%	700	20,88%
Entre R\$ 700,00 a R\$ 935,00	696	47,12%	534	28,46%	1.230	36,68%
Entre R\$ 935,00 a R\$ 1.170,00	315	21,33%	182	9,70%	497	14,82%
Entre R\$1.170,00 a R\$ 2.055,00	136	9,21%	102	5,44%	238	7,10%
Acima de R\$ 2.055,00	58	3,93%	104	5,54%	162	4,83%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

### Renda média familiar

Entende-se por renda familiar o somatório da renda individual dos moradores do mesmo domicílio. Os dados não oscilam muito em relação à questão anterior, quando se indaga aos ingressantes sobre a renda média da família, incluindo-se nela a renda dos próprios ingressantes. Conforme se observa na Tabela 9, para 47,08%, a renda média mensal fica entre R\$ 700,00 e R\$ 1.170,00. A renda média é superior a R\$ 2.055,00 apenas para 27,72%.

**Tabela 9 – Renda média familiar**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Renda média familiar	2.320	100,00%	2.204	100,00%	4.524	100,00%
Menos de R\$ 700,00	33	1,42%	68	3,09%	101	2,23%
Entre R\$ 700,00 a R\$ 935,00	470	20,26%	261	11,84%	731	16,16%
Entre R\$ 935,00 a R\$ 1.170,00	868	37,41%	531	24,09%	1.399	30,92%
Entre R\$ 1.170,00 a R\$ 1.405,00	327	14,09%	712	32,30%	1.039	22,97%
Entre R\$ 1.405,00 a R\$ 1.730,00	215	9,27%	235	10,66%	450	9,95%
Entre R\$ 1.730,00 a R\$ 2.055,00	202	8,71%	241	10,93%	443	9,79%
Acima de R\$ 2.055,00	205	8,84%	156	7,08%	361	7,98%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Pelos dados, infere-se que um dos principais diferenciais do perfil dos estudantes ingressantes em ICESs é o baixo poder aquisitivo, seu e da família.

## MEIO DE TRANSPORTE

Outras duas categorias de análise a compor o perfil dos ingressantes de 2011 e 2012 na ICES em estudo foram o meio de transporte utilizado para locomoção até o local de estudo e o tempo despendido para tanto. Sua inclusão enquanto categoria de análise deu-se em função da configuração geográfica e *multicampi* da Instituição<sup>3</sup>.

**Meio de transporte e tempo de locomoção até a universidade**

Os transportes mais utilizados pelos ingressantes para ir até a universidade são: transporte coletivo (29,43%); veículo fretado (17,93%); transporte oferecido pelas prefeituras (16,23%); veículo próprio (10,29%). Outros 26,12% locomovem-se até a universidade a pé (9,19%), ou de carona (8,06%), ou de motocicleta (6,98%). (Tabela 10).

**Tabela 10 – Meio de transporte utilizado**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Meio de transporte utilizado	2.330	100,00%	2.210	100,00%	4.540	100,00%
Transporte coletivo	694	29,79%	642	29,05%	1.336	29,43%
Veículo fretado	411	17,64%	403	18,24%	814	17,93%
Ônibus da prefeitura	376	16,14%	361	16,33%	737	16,23%
Veículo próprio	252	10,82%	215	9,73%	467	10,29%
A pé	212	9,10%	205	9,28%	417	9,19%
Carona	172	7,38%	194	8,78%	366	8,06%
Motocicleta	164	7,04%	153	6,92%	317	6,98%
Outro	49	2,10%	37	1,67%	86	1,89%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Conforme mostra a Tabela 10, a grande maioria dos ingressantes na ICES em estudo utiliza o transporte coletivo para locomover-se até a universidade (63,59%). Outros 17,27% locomovem-se com veículo próprio (carro ou motocicleta). Há ainda os que usufruem de ‘carona’ (8,06%) e os que vão à universidade à pé (9,19%). Entre os transportes coletivos, os disponibilizados por prefeituras são gratuitos, fruto de convênios entre estas e a Instituição. Com exceção dos que ‘pegam carona’ e os que vão a pé até a universidade, os demais meios de transporte são pagos. Infere-se, portanto, que 64,63% dos ingressantes pagam para locomoverem-se até o local de estudo. Esse fato, somado às taxas com mensalidades e às despesas com alimentação, permite afirmar que tais estudantes terão sérias dificuldades para custear seus estudos.

O tempo que os ingressantes despendem até o local de estudo foi outra variável considerada, uma vez que implica em custos e desgaste físico. Entre os ingressantes que responderam ao questionário, 49,01% afirmaram levar entre uma e duas horas para se locomover entre sua casa e a universidade e entre esta e sua casa. Outros 42,92% afirmaram levar até meia hora. Certamente, estes estudantes são aqueles que moram próximos a um dos *campi* da Instituição. Há

ainda 8,07% dos ingressantes que levam acima de duas horas para se locomoverem até o local de estudos. Nesse grupo estão aqueles estudantes oriundos dos vizinhos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. (Tabela 11).

**Tabela 11 – Tempo de locomoção até a universidade**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Tempo de locomoção até a universidade	2.326	100,00%	2.208	100,00%	4.534	100,00%
Até 30 minutos	1.011	43,47%	935	42,35%	1.946	42,92%
Até 1 hora	574	24,68%	601	27,22%	1.175	25,92%
Até 1:30 horas	267	11,48%	264	11,96%	531	11,71%
Até 2 horas	287	12,34%	229	10,37%	516	11,38%
Mais de 2 horas	187	8,04%	179	8,11%	366	8,07%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Essa realidade, somada à necessidade de conciliação entre estudo e trabalho, certamente impactará na qualidade da formação desses estudantes. A fadiga do trabalho e o desgaste da locomoção são variáveis a serem consideradas no processo de aprendizagem.

## COR OU RAÇA

Em um dos campos do questionário, os ingressantes preencheram o requisito cor ou raça. Os resultados pedem atenção ao baixo percentual daqueles que se autodeclararam amarelos (4,62%), pardos (4,60%) ou pretos (4,58%). Os dados encontram explicação em estudos realizados sobre o processo de colonização da Mesorregião Oeste Catarinense. Segundo Oliveira (2002), Radin (2001; 2003) e Heinsfeld (2001), a colonização dessa região foi empreendida, basicamente, por famílias oriundas da Europa, daí a predominância da cor branca (86,20%). (Tabela 12). Soma-se a esse fato o episódio da Guerra do Contestado travado entre os anos de 1912 a 1916, cujo final resultou na dizimação/expulsão de negros e caboclos da região (THOMÉ, 2009; 2004). Este fenômeno é extensivo ao Sul do país. Segundo dados do Censo Demográfico do ano de 2010 (IBGE, 2014), nessa região, a população de cor branca representa 78,47% do total.

**Tabela 12 – Raça/cor**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Você se considera uma pessoa de cor	2.343	100,00%	2.223	100,00%	4.566	100,00%
Branca	2.072	88,43%	1.864	83,85%	3.936	86,20%
Amarela	143	6,10%	68	3,06%	211	4,62%
Parda <sup>4</sup>	0	0,00%	210	9,45%	210	4,60%
Preta	128	5,46%	81	3,64%	209	4,58%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

A categoria cor ou raça passou a ser campo obrigatório nos cadastros, formulários e bases de dados do governo federal. Muitos não concordam com essa obrigatoriedade, entendendo que o conceito de raça não possui respaldo da ciência (PENA: 2002; 2007), contudo, ela pode ser informação importante para fins de aplicação de ações de promoção da igualdade racial previstas em lei.

### GRUPO FAMILIAR

Entende-se por grupo familiar o conjunto de pessoas que residem na mesma moradia, independente da existência de grau de parentesco, mantida pela contribuição de seus integrantes (IBGE, 2013). Através desta variável, foi possível identificar o número de pessoas que compõe o grupo familiar dos ingressantes. Dentre os respondentes, 34,47% afirmaram ser seu grupo familiar composto de quatro pessoas, 28,85% por três pessoas e 13,08% por cinco pessoas (Tabela 13).

**Tabela 13 – Composição do grupo familiar**

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Composição do grupo familiar	2.341	100,00%	2.224	100,00%	4.565	100,00%
Uma	129	5,51%	100	4,50%	229	5,02%
Duas	337	14,40%	328	14,75%	665	14,57%
Três	679	29,00%	638	28,69%	1.317	28,85%
Quatro	827	35,33%	751	33,77%	1.578	34,57%
Cinco	291	12,43%	306	13,76%	597	13,08%
Seis	58	2,48%	82	3,69%	140	3,07%
Mais de seis	20	0,85%	19	0,85%	39	0,85%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

Interpretando de outro ângulo, observa-se que o grupo familiar de 79,57% dos ingressantes é composto de três a seis pessoas. O número médio de pessoas por domicílio é de 3,48. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2013), o número médio de pessoas por domicílio (grupo familiar) no país era de 3,1; já na região Sul do país a média foi de 2,9.

## GÊNERO

A última questão dirigida aos ingressantes de 2011 e 2012 na ICES em estudo tratou de gênero. Entre os respondentes, 65,73% afirmaram pertencer ao gênero feminino, enquanto os outros 34,27%, ao gênero masculino, como mostra a Tabela 14.

Tabela 14 – Gênero dos ingressantes

Pergunta	2011		2012		Total	
	Respostas	%	Respostas	%	Respostas	%
Gênero	2.199	100,00%	2.808	100,00%	5.007	100,00%
Masculino	884	40,20%	832	29,63%	1.716	34,27%
Feminino	1.315	59,80%	1.976	70,37%	3.291	65,73%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, Unoesc.

De certo modo, os dados não surpreendem, uma vez que refletem uma tendência observada no país inteiro nos últimos anos. Segundo o Censo da Educação Superior de 2012 (BRASIL, 2014b), do total de matrículas realizadas naquele ano, 57,24% foram do gênero feminino e 42,76%, do gênero masculino. Na ICES em estudo, contudo, essa proporção é significativamente maior: 65,73% para 34,27%.

Durante quase todo o século XX, o déficit educacional das mulheres em relação aos homens fez parte da sociedade brasileira. Para Beltrão (2009, p. 151), “esses dados mostram que a reversão do hiato de gênero no curso superior foi a conquista mais significativa das mulheres, pois elas não apenas reduziram um diferencial de quase 20 vezes, como alcançaram um diferencial de quase duas vezes em relação ao sexo masculino”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Instituições Comunitárias de Educação Superior desempenham papel diferenciado e significativo no processo de interiorização da educação superior no país. O modelo nasceu a partir do espaço deixado pela ausência do poder público estatal, cuja opção política foi a de priorizar a implantação e expansão do ensino superior junto aos grandes centros urbanos. As ICESs **são** legitimadas enquanto instituições sociais públicas não estatais, constituídas a partir de iniciativas essencialmente comunitárias. Constituem, portanto, um modelo público de educação superior diferenciado dos demais modelos vigentes.

Os resultados auferidos nesse estudo, por sua vez, são reveladores de que estudantes ingressantes nesse modelo de universidade apresentam perfil socioeconômico peculiar não encontrado em estudantes ingressantes em outros modelos, sejam eles públicos ou privados, em seu sentido estrito. A hipótese ficou evidenciada nas informações colhidas, tanto dos ingressantes, como de documentos oficiais e de autores que abordam algumas das categorias analisadas nesse perfil.

Entre os resultados, alguns chamam atenção. Constatou-se que os ingressantes na ICES em estudo são oriundos, em sua grande maioria (85,19%), da rede gratuita de ensino. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2011), nas universidades públicas federais, 44,8% são oriundos exclusivamente da escola pública, outros 5,6% cursaram parte do ensino médio na escola pública. A Lei das Cotas constituiu-se em política afirmativa com o objetivo de reverter essa realidade.

Observou-se, igualmente, que o ingressante da ICES em estudo apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis às suas expectativas de fazer um curso superior de qualidade e de alcançar o sucesso profissional. Além de acessar o ensino superior na condição de estudante trabalhador, tendo que conciliar estudo e trabalho (69,52%), percebe uma renda salarial média inferior a R\$ 1.170,00 (72,38%), abaixo da média salarial do trabalhador brasileiro, que é de R\$ 1.792,00 (IBGE, 2013).

Por último, os resultados pedem atenção a dois indicadores: o baixo percentual daqueles ingressantes que se autodeclararam pretos (4,58%), pardos (4,60%), amarelos (4,62%). Os dados encontram explicação no tipo de processo de colonização ocorrido na região (RADIN, 2001; 2003); e o alto percentual de ingressantes (65,73%) que afirmaram pertencer ao gênero feminino, uma tendência observada no país inteiro, contudo com proporcionalidade significativamente maior na ICES em estudo (65,73%).

## NOTAS

<sup>1</sup> Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um programa do Ministério da Educação, que concede bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior. (BRASIL, 2005).

<sup>2</sup> Segundo Cardoso e Sampaio (1994, p. 31), considera-se renda “todos os rendimentos obtidos pelo estudante como contrapartida do trabalho que exerce. Essa categoria é mais abrangente que a de salário, uma vez que não supõe a regularidade do contrato de trabalho”.

<sup>3</sup> A Unoesc atua na Mesorregião Oeste Catarinense, uma área geográfica com 118 municípios, cuja abrangência se estende desde Santa Cecília, no Planalto Central Catarinense, até a fronteira com a Argentina, em Dionísio Cerqueira, SC. Possui estrutura multicampi, com presença nos municípios de Joaçaba, Videira, Xanxerê e São Miguel do Oeste, Chapecó, Capinzal, Campos Novos, Fraiburgo, Pinhalzinho, Maravilha e São José do Cedro.

<sup>4</sup> Esta opção não foi disponibilizada para resposta no questionário socioeconômico dirigido aos ingressantes na ICES em estudo no ano de 2011.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis*. Brasília, 2011. Disponível em: < [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1377182836Relatorio\\_do\\_perfi\\_dos\\_estudantes\\_nas\\_universidades\\_federais.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2014.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009.

BRASIL. Microdados do Censo do Ensino Superior 2012. Brasília: *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*, 2014a. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/microdados\_educacao\_superior\_2012.zip>. Acesso em: 10 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Sinopse do Censo do Ensino Superior 2012. Brasília: *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*, 2014b. Disponível em: <download.inep.gov.br/informacoes\_estatisticas/sinopses\_estatisticas/sinopses\_educacao\_superior/sinopse\_educacao\_superior\_2012.zip>. Acesso em: 10 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 807, de 18 de junho de 2010. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 21 jun. 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao\_basica/enem/legislacao/2010/portaria807\_180610.pdf>. Acesso: 3 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso: 4 jul. 2014.

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v.9, n.26, São Paulo, out. 1994.

CARELLI, Maria José Guimarães; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Condições temporais e pessoais de estudo em universitários. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 2, n. 3. p. 265-278. 1998.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, p. 58-77, nov., 2001.

FERNANDES, Vivian de Oliveira; BRANDÃO, Artur Caldas. Avaliação do perfil dos alunos ingressos em engenharia de agrimensura e cartográfica da UFBA. *III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação*. Recife, PE, 27-30 de julho de 2010, p. 001-004.

GRAÇA, Maria S. Borges de Alencastro et al. O perfil socioeconômico do aluno ingressante no curso de engenharia civil da Universidade Gama Filho. *XXVII Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia*. Fortaleza, CE, 2010.

HEINSFELD, Adelar (Org.) *A Região em Perspectiva: Diferentes faces da História Catarinense*. Joaçaba: Editora Unoesc, 2001. 205 p.

IBGE. *Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\_preliminares/preliminar\_tab\_uf\_zip.shtm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, nº 32, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>. Acesso em 2 jul., 2014.

MACHADO, Ana Maria Netto. Universidades comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHMIDT, João Pedro (org.). *Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2009, p. 74-92.

NOGUEIRA, Marilice de Oliveira e. *Pais professores e a escolarização dos filhos*. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade de Minas Gerais/FaE, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Ancelmo Pereira de. *O discurso da exclusão na escola*. Joaçaba: Editora Unoesc, 2002. 172 p.

PENA, Sérgio D. J. (org.). *Homo brasiliis: Aspectos Genéticos, Linguísticos, Históricos e Socioantropológicos da Formação do Povo Brasileiro*. 2 ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 191 p.

\_\_\_\_\_. *À Flor da Pele: Reflexões de um Geneticista*. Rio de Janeiro, Vieira & Lentz Casa Editorial, 2007, 111 p.

RADIN, José Carlos et al. *Facetas da colonização italiana: planalto e oeste catarinense*. Joaçaba, SC: Editora Unoesc, 2003. 304 p.

\_\_\_\_\_. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense*. 2 ed., Joaçaba: Editora Unoesc, 2001. 184 p.

SANTOS, Pricila Kohls dos. Evasão na educação superior: uma análise a partir de publicações na ANPED e CAPES (2000 a 2012). *Tercera Conferencia Latinoamericana sobre el Abandono em la Educación Superior*. 2013. Disponível em: [http://www.clabes2013-alfaguia.org.pa/ponencias/LT\\_1/ponencia\\_completa\\_174.pdf](http://www.clabes2013-alfaguia.org.pa/ponencias/LT_1/ponencia_completa_174.pdf). Acesso em: 26 jun. 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Recursos familiares e transições educacionais. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(Suplemento), p. 67-76, 2002.

THOMÉ, Nilson. *Pioneirismo da imigração alemã em Santa Catarina, na região do Contestado*. 2 ed. Caçador: UnC, 2009. 68 p.

\_\_\_\_\_. *Uma nova história para o Contestado*. Caçador: UnC, 2004. 142 p.

UNOESC. *Unoesc em números*. Joaçaba: Editora Unoesc, 2014.

